



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº 474/2022

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado pelo, Sr. Vice Prefeito Municipal, no Exercício do Cargo de Prefeito Municipal, Cledemir de Oliveira Gonçalves, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **LETICIA KARNOPP LEMKE EIRELI**, CNPJ: **14.797.058/0001-12**, Localizada na Rua Fernando Osório, 1461, Bairro Centro, Canguçu - RS, CEP: 96.600-000, neste ato representado pelo Sr(a): Gilsomar Ledebuhr, residente e domiciliado na Rua Fernando Osório, 1461, Bairro Centro, Canguçu - RS, portador do RG nº 1074821883 e CPF 969.421.500-53, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das demais normas legais aplicáveis formalizam o presente contrato mediante cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato visa a **ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, POR KM RODADO, VISANDO PROMOVER ATIVIDADES DE LAZER PARA USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DO CRAS E CREAS, beneficiários do Auxílio Brasil**, conforme consta no **Pregão Eletrônico nº 135/2022**:

VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS:

01 Ônibus, placas ARK 2765, 42 passageiros – ano 2009, modelo 2009

01 Ônibus, placas INI 5D07, 44 passageiros – ano 2006, modelo 2006

01 Ônibus, placas EKH 9B92, 46 passageiros – ano 2010, modelo 2010

01 Ônibus, placas ATH 1796, 42 passageiros – ano 2010, modelo 2010

MOTORISTA:

LUCIANO REZENDE SCHNEID

MAURO LUIS FUHRMANN SCHUARTZ

ALBERTO CARLOS BERGMANN

GILSOMAR LEDEGUHR

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 O preço do serviço contratado é de:

Lote	Item	Código	Descrição	UN	Quantidade estimada	Valor Unitário do KM
1	1	67568	KM RODADO GRUPO DE IDOSOS CRAS – CANGUÇU/FAXINAL/SÃO LOURENÇO DO SUL	Km	350 Km	R\$ 4,83
2	1	67569	KM RODADO GRUPO DE ADOLESCENTE CRAS – CANGUÇU/SÃO LOURENÇO DO SUL	Km	190 Km	R\$ 5,41
3	1	67570	KM RODADO GRUPO DE MULHERES E CRIANÇAS CRAS – CANGUÇU/SÃO LOURENÇO DO SUL	Km	190 Km	R\$ 5,41
4	1	67571	KM RODADO CREAS – CANGUÇU/SÃO LOURENÇO DO SUL	Km	190 Km	R\$ 5,41
Valor estimado total: R\$ 4.774,20						



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

2.2. O pagamento será efetuado contra empenho, em 30 dias após a execução da viagem, conforme serviço prestado durante o mês, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura acompanhada das devidas planilhas.

2.4. Todas as notas fiscais/faturas emitidas pela contratada deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão a fim de se agilizarem os trâmites de liberação do documento fiscal para pagamento.

2.5. A contratada deverá apresentar, no vencimento de cada parcela, como condição para recebimento destas, todas as Certidões previamente solicitadas de acordo com o 10.1.2 Regularidade Fiscal do edital.

2.6. Nos pagamentos realizados após a data do vencimento, incidirão juros de 0,5 (meio por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice do IPCA do mês anterior, pró-rata die, desde que o atraso seja superior a 30 (trinta dias).

CLAUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 O licitante vencedor deverá prestar o serviço no mês de dezembro, sendo que as datas e horários deverão ser acertados com as coordenações do CRAS e CREAS;

3.2 A prestação dos serviços deverá ser requisitada, com antecedência de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 O contrato terá vigência durante o mês de dezembro, sendo que as datas e horários deverão ser acertados com as coordenações do CRAS e CREAS;

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1 São obrigações do MUNICÍPIO

- a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, se o mesmo está seguindo todas as exigências contidas no edital e seus anexos;
- b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal e demais documentos solicitados pela Municipalidade, devidamente atestadas pelo setor competente.

5.2 São obrigações da CONTRATADA

São obrigações da contratada:

I - Executar o objeto contratado na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da Contratante;

II - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste contrato;

III - Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;

IV - Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta Licitação;

V - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

VI - Cumprir os horários determinados pela Secretaria e pelo Município;

VII - Iniciar os serviços na data aprazada;

VIII - Possuir, obrigatoriamente, seguro de acidentes pessoais para todos os passageiros e seguro dos veículos contra terceiros;

IX - Cumprir as Portarias e Resoluções do Município;

X - Possuir registro como veículo de passageiros;

XI - O veículo deve possuir, em funcionamento, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (Tacógrafo);

XII - O veículo deverá possuir lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

XIII - O veículo deverá possuir cintos de segurança em número igual à lotação;

XIV - Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;

XV - Não conduzir passageiros em número superior à capacidade do veículo estabelecida pelo fabricante;



XVI - Cumprir todas as exigências contidas no Código de Trânsito Brasileiro bem como em regulamentações expedidas pelas pelo CONTRAN;

XVII - A empresa deverá substituir imediatamente o veículo por outro em condições próprias e regulamentadas através do CONTRAN, em casos de defeitos, avarias ou manutenção, incluindo os veículos em trânsito, de forma a não interromper em nenhuma hipótese a prestação do serviço;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 A fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA ficará a cargo do Município, por meio da Fiscal:

NOME DO FUNCIONÁRIO: Carem Eluza Braga Quintana, - Matrícula: 88056, Cargo: Auxiliar de Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato será rescindido por acordo entre as partes ou, independentemente de interpelação ou procedimento judicial:

I - no caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93, alterada, pela Lei 8.883/94;

II - no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;

III - quando ficar evidenciada a incapacidade da Contratada para dar execução ao contrato ou para nele prosseguir;

IV - se a Contratada transferir o presente contrato, ou a sua execução, no todo ou em parte, sem prévia autorização da Contratante;

V – em caso de falência ou concordata, liquidação ou dissolução da Contratada, ou, ainda, na hipótese de alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente contrato.

VI – Em caso de 03 (três) notificações, reincidentes, independente do tipo de infração, sem que a empresa solucione a questão e nem apresente justificativa com prazo de solução, será aplicada, de forma automática, a penalidade de desconto de 3% do valor no pagamento mensal.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

i) Se houver três notificações graves para a empresa contratada, está poderá ter seu contrato rescindido, sendo realizado novo processo licitatório, do qual a empresa punida não poderá participar. Serão consideradas notificações graves:

I. Condutor do veículo sem CNH e sem curso do transporte COLETIVO.

II. Veículo sem condições de trafegabilidade (pneus com desgaste inferior a 1,6mm, previsto na resolução 558/80 do CONTRAN; sem retrovisores; sem cinto de segurança para todos os ocupantes do veículo; sem laudo de inspeção técnica; problemas mecânicos);



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

III. Não possuir seguro de acidentes pessoais para todos os passageiros e seguro dos veículos contra terceiros;

IV. Transportar produtos inflamáveis dentro dos veículos;

V. Utilizar veículo sem o Tacógrafo - equipamento complementar utilizado para apurar a quilometragem diária;

VI. Desacatar funcionário público - (Art. 331 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40);

VII. Não possuir registro como veículo de passageiros;

VIII. Não submeter os veículos a inspeções técnicas determinadas pelo Município e de acordo com as Ordens de Serviço n. 002/97 e n. 018/97 do DAER;

IX. Conduzir PASSAGEIROS em número superior à capacidade do veículo estabelecida pelo fabricante;

X. Deixar de substituir imediatamente o veículo por outro em condições próprias e regulamentadas através do CONTRAN, em casos de defeitos, avarias ou manutenção, incluindo os veículos em trânsito, de forma a não interromper em nenhuma hipótese a prestação do serviço.

XI. Deixar de cumprir todas as exigências contidas no Código de Trânsito Brasileiro bem como em regulamentações expedidas pelas pelo CONTRAN;

j) Se houver reincidências de notificações médias (advertência) para a empresa contratada, dentro do prazo de 10 dias consecutivos, esta será considerada como uma “**notificação grave**” e, no entanto a empresa poderá ter seu contrato rescindido, sendo realizado novo processo licitatório, do qual a empresa punida não poderá participar. Serão consideradas notificações médias:

I. Extintor de incêndio violado ou vencido;

II. Para brisa ou vidros trincados;

III. Objetos soltos dentro do veículo (materiais de limpeza, etc.);

IV. O não cumprimento dos horários determinados pela SECRETARIA- atraso superior a 10 minutos;

V. Se o veículo não possuir lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI. Não manter os veículos limpos;

VII. Cintos de segurança inoperantes (presos ou com defeito);

VIII. Assentos soltos e sem condições de uso;

IX. Problemas elétricos (sinalização);

X. Tacógrafo não aferido;

XI. Sem estepe;

XII. Sem borracha de pedal.

8.2 Em caso de 3 notificações, reincidentes, independente do tipo de infração, sem que a empresa solucione a questão e nem apresente justificativa com prazo de solução, será aplicada, de forma automática, a penalidade de desconto de 3% do valor no pagamento mensal.

8.3 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas provenientes deste Edital correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

9.1.1 BLOCO IGD- PAB

Orgão	Ficha	Projeto atividade	Elemento despesa
Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano	2878	2456	3390390300

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 135/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei 8.666/1993 e suas alterações e Lei 10520/2002, Lei 10024/2019 e pelas normas do direito administrativo.



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento de igual teor e forma.

CANGUÇU/RS 09 de Dezembro de 2022.

CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONÇALVES
VICE PREFEITO NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL

LETICIA KARNOPP LEMKE EIRELI
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D49D-DCB0-2098-7067

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LETICIA KARNOPP LEMKE EIRELI (CNPJ 14.797.058/0001-12) VIA PORTADOR LETICIA KARNOPP LEMKE (CPF 019.XXX.XXX-28) em 14/12/2022 10:17:26 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/D49D-DCB0-2098-7067>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 34AB-D4A5-9654-F31E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 14/12/2022 13:41:36 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONCALVES (CPF 791.XXX.XXX-15) em 14/12/2022 14:10:11 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/34AB-D4A5-9654-F31E>